ISSN: 2358-8829

ENTRE A ESCOLA E A REDE DE PROTEÇÃO: A ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO PSICOSSOCIAL DA EDUCAÇÃO DE ARAPIRACA (CPEA)

Jaqueline da Silva Lima [1]
Laura Maria Barbosa Silva de Oliveira [2]
Priscilla Lorraine Santos Gomes [3]
Maria Carolina Monteiro da Silva Campos [4]

RESUMO

A inserção de equipes multiprofissionais nas redes públicas de ensino tem se consolidado como importante estratégia para o fortalecimento da educação, enquanto política pública articulada à garantia de direitos de crianças e adolescentes. Este artigo apresenta um relato de experiência sobre a atuação da Coordenação Psicossocial da Educação de Arapiraca (CPEA), composta por assistentes sociais e psicólogas, atuando no chão das unidades escolares, conforme preconiza a Lei 13.935/2019, que implementa equipes multiprofissionais na educação básica, com o objetivo de ampliar a compreensão das demandas socioeducacionais e socioemocionais, buscando fortalecer e articular a relação entre escola, família e rede de proteção social. A experiência relatada fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e reflexivo, baseada na sistematização das práticas desenvolvidas pelos/as profissionais no acompanhamento das unidades escolares. A atuação envolve escuta qualificada de estudantes e famílias, mediação de conflitos, apoio às equipes pedagógicas, identificação de situações de vulnerabilidade social, emocional e violação de direitos, além da articulação com serviços da rede intersetorial. Entre os resultados observados, destacam-se o apoio às equipes escolares na compreensão de fatores sociais, emocionais e comportamentais que atravessam o processo educativo, como também o fortalecimento do diálogo entre escola e comunidade, a ampliação da capacidade institucional para identificação e encaminhamento de situações que implicam no comprometimento do desenvolvimento pedagógico dos alunos e sua vivência na escola. A experiência também evidencia desafios relacionados à consolidação do trabalho multiprofissional, como a necessidade de ampliação das equipes, formação continuada e fortalecimento das políticas públicas intersetoriais. Apesar desses limites, a atuação da coordenação psicossocial tem contribuído para qualificar as práticas educativas e fortalecer a escola como espaço de proteção social, promoção de direitos e desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Educação pública, Trabalho multiprofissional, Escola, Criança, Adolescente.

[1] Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, aslimajaqueline@gmail.com;
[2] Pós-Graduanda do curso de Psicologia da Educação e Aprendizagem do Instituto Facuminas, psiclauraoliveira@gmail.com;
[3] Pós-Graduanda do curso de Psicologia Política da Universidade de São Paulo - USP, priscillalorraine.contato@gmail.com;
[4] Pós-Graduanda do curso Psicanálise e análise do contemporâneo - PUC - RS.

ISSN: 2358-8829

A pesquisa aqui presente visa apresentar as iniciativas que subsidiaram o trabalho de construção do fluxo de encaminhamentos de violação de direitos de crianças e adolescentes da rede municipal de educação da cidade de Arapiraca - Alagoas. A equipe multiprofissional que atuam nas escolas, composta por psicólogas e assistentes sociais diante das demandas emergentes que envolvem as violações de direitos identificadas na rede educacional, utilizando como base a legislação brasileira como o Estatuto da Criança e Adolescencia (ECA - lei 8069/1990), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), e suas atualizações em 2025 que reforça a importância da notificação e acionamento da rede intersetorial de proteção de crianças e adolescentes. O fluxo de encaminhamentos foi criado visando orientar, padronizar encaminhamentos, capacitar os **profissionais da educação,** para o manejo de situações de violações de direitos de alunos, identificação precoce, acionamento dos pontos das redes de proteção, promoção e garantia de direitos. A construção de um fluxo de encaminhamentos de violação de direitos envolve articulação com pontos das redes de saúde, judicial, assistência social e da própria educação em um movimento contínuo no combate a violência institucional e a garantia de escuta protegida. A escola, nesse cenário, se estabelece como um ponto, para além de estratégias pedagógicas e educacionais, como um ponto de cuidado, garantia de direitos e fortalecimento de políticas públicas de proteção integral exercendo sua função social dentro da comunidade.

ISSN: 2358-8829

Objetivo: Esse material foi construído com o objetivo de orientar a atuação profissional interna quanto aos procedimentos adequados, viabilizando a identificação precoce das demandas, o acionamento das redes de proteção competentes e a promoção de estratégias mais eficazes de acordo com a legislação vigente, organizadas de forma efetiva diante de situações de risco ou vulnerabilidade. Bem como, estabelecer diretrizes claras e padronizadas para o encaminhamento e manejo de situações de violações de direitos no ambiente escolar, assegurando a identificação precoce de riscos, o acionamento adequado das redes de proteção e a promoção de intervenções eficazes e alinhadas à legislação vigente, de modo a qualificar a atuação profissional e fortalecer a proteção integral de crianças e adolescentes.

Atividades realizadas: A construção do fluxograma de encaminhamento das situações de violações de direitos, foram realizadas reuniões técnicas entre a equipe da CPEA e a Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de alinhar conceitos, responsabilidades e interpretações legais. Ao longo desse processo, foram mapeados e analisados os casos recorrentes nas escolas, estudadas as legislações vigentes e definidas orientações padronizadas para identificação precoce de riscos e acionamento das redes de proteção. A partir dessas discussões, elaborou-se conjuntamente o fluxograma (Anexo 2), contemplando procedimentos claros, etapas de registro, comunicação institucional e critérios para o encaminhamento aos serviços competentes, garantindo segurança jurídica e qualificação da atuação profissional da equipe nas escolas.